

FEP | ANO

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica nº 1825, de 20 de março 2020, e não pode ser vendido separadamente

by **fink.**

Que futuro para o Euro?

Uma retrospectiva pelo legado de Mario Draghi no BCE e os desafios da moeda única no novo contexto europeu e mundial

Política nacional

Análise à composição do novo parlamento e perspectivas de governabilidade

Cultura no OE 2020

Apreciação das medidas propostas no documento para o setor, que há muito reclama por mais investimento



Entrevista a Lídia Pereira

**A face de uma
União Europeia
mais jovem**

Nesta edição

Política Nacional

- 3 Quem defende o defensor?
Pela dignidade policial
- 4 As mudanças no Parlamento português

O futuro do Euro

- 6 Mario Draghi: a retrospectiva de um legado
- 8 A metamorfose kafkiana do Eurossistema

Entrevista

- 10 Entrevista a Lúcia Pereira
A face de uma União Europeia mais jovem

Economia Internacional

- 16 Qual é a maior dívida do mundo?
Factos e reflexões
- 21 Instituições financeiras:
confiar ou não confiar?

Foreign Exchange

- 19 Foreign Exchange - Behind the trend

Espaço cultural

- 20 Cultura no OE: uma retrospectiva
por 2019 e conjecturas para 2020
- 21 O final de Star Wars:
a exploração das franchises

COVID-19

- 22 Um ato de responsabilidade
- 22 Dever de informação

FEPIANO: 40.ª edição, março 2020

Coordenação: Duarte Brito e João Tavares

Revisão: Bernardo Marta, João Paulo Mota, João Tavares, Joaquim Couto, Maria João Leandro, Tomás Paiva

Arranjo gráfico e paginação: Célia César (Grupo Editorial Vida Económica, S. A.)

Capa e Contracapa: Camila Araújo

Créditos das imagens da capa: Lúcia Pereira: Expresso
Nota e moedas de Euro: Freepik

Design: João Tavares

Contactos; Facebook: /fepianojournal; Instagram: /finkfep;
E-mail: fepiano@fep.up.pt; issuu: issuu.com/fepiano

Quarentena

Perdão, quarenta! Apresentamos a quadragésima edição do Fepiano. Depois de quarenta edições onde partilhámos ideias, discutimos os mais variados assuntos, conduzimos dezenas de entrevistas e demos voz a quase uma centena de estudantes, continuamos empenhados em evoluir e produzir mais e melhor conteúdo.

Desta forma, fizemos algo inédito – conduzir uma entrevista fora do território nacional. Fomos ao Parlamento Europeu entrevistar a mais jovem eurodeputada portuguesa, Lúcia Pereira. Na conversa, exploramos a UE do ponto de vista interno, no que toca aos objetivos e desafios político-económicos entre estados-membros, e externo, nas relações com os seus principais parceiros. Esta é, sem dúvida, uma entrevista a não perder!

Adicionalmente, apresentamos um novo espaço de análise do mercado cambial. Este espaço regular, construído em parceria com o FEP Finance Club, constitui o primeiro de muitos conteúdos escritos em inglês que vão passar a figurar no Fepiano, como forma de também servirmos a comunidade de alunos estrangeiros que frequentam a FEP. No entanto, naturalmente, a maioria do conteúdo continuará a ser escrito na língua de Camões.

Por último, face às proporções que o recente surto de COVID-19 está a adquirir no nosso país, e seguindo a recomendação da OMS de evitar aglomerações de cidadãos, decidimos, em equipa, retirar a agenda cultural desta edição, que tinha sido elaborada pela Susana Duarte. Substituímos este espaço por dois artigos com informação e conselhos relativos a esta pandemia. Recomendamos a sua leitura e, sobretudo, apelamos à responsabilidade de cada um para travar o alastramento do vírus.

Para terminar, esta edição teve um importante contributo de uma grande casa – a FEP. Assim, podemos dizer que esta edição é, claramente, um fruto “fepiano”, quer pelas temáticas que abordamos, baseadas nos fecundos ensinamentos que aqui nos foram, quer pelo apoio que nos prestou à realização desta entrevista. O nosso muito obrigado!

No fundo, estas quarenta edições representam um extenso caminho de procura pelo conhecimento e pelo autoaperfeiçoamento. Hoje, mais do que nunca, queremos continuar esta viagem. Contamos com todos!

FINK. Pensamos juntos.



Duarte Brito e João Tavares

Quem defende o defensor? Pela dignidade policial



Opinião
de Bernardo Marta

A ordem, a segurança e a garantia do cumprimento da lei são elementos essenciais a qualquer democracia, pelo que as forças de segurança que tal permitem merecem atenção e investimento condizentes com tamanhas responsabilidades. Em Portugal, isso não tem acontecido.

Vamos começar pelo longo historial de desrespeito. Levou mais de uma década após a queda do Estado Novo para que a PSP tivesse direito a constituir sindicatos, tal conquista conseguida contra uma repressão que parecia ter vindo dessa tal ditadura de má memória. O que se iniciou com um boicote administrativo ao plenário da Associação Sindical de Polícia, ilegal na altura, escalou para as seguintes proporções que envergonham qualquer democrata: filmagem à entrada do plenário por agente fardado, detenção de agentes que se encontravam no Ministério da Administração Interna para entregar o caderno de reivindicações (que incluía a exigência de uma folga semanal ao invés de quinzenal), tentativas de condicionamento da atividade jornalística, utilização de canhões de água para dispersar os manifestantes, agressões a polícias e civis. Foi esta a falta de respeito, foi isto o “Secos e Molhados”. Foi um voltar ao salazarismo numa tarde? Parece.

Embora o direito à sindicalização da PSP tenha sido

Porque só são polícias os homens e mulheres que salvaguardam a segurança de todos sem exceção, os outros não têm lugar junto dos bravos e dos íntegros

reconhecido, mais injustiças foram sendo cometidas. As condições de trabalho atuais roçam no inaceitável. Há esquadras tão degradadas em que a humidade tinge paredes, balneários com paredes rasgadas, tetos que estão a deixar de ser tetos, camaratas permanentes com aspeto temporário. Acrescenta-se ainda a falta de meios materiais e humanos, exigindo a estes homens e mulheres um esforço superior para cumprir a sua função. Em contrapartida? Alguns agradecimentos, às vezes um louvor... Mas esse mérito não traz mais nada. O pior ainda não mencionei, são os salários baixos que obrigam à realização de gratificados que, por vezes, estendem a jornada de trabalho para lá do saudável. Os factos não permitem mentir quanto à falta de investimento, refletindo-se no crescente descontentamento que só não atingiu maiores proporções por obra do acaso e dos poucos meios de contestação legalmente permitidos.

A situação é ainda mais complexa. Dentro da PSP há fortes indícios de situações de xenofobia e abuso que mancham a reputação institucional, mas quem denuncia tais faltas de profissionalismo é perseguido



Créditos da imagem: Franz / Pixabay / Pexels

e censurado, quer pelos pares quer pela hierarquia. Os casos são demasiados e demasiado sérios para continuarmos a ter a mesma abordagem. É clara a necessidade de admitir a realidade para a poder alterar.

Temos de exigir o tratamento respeitoso desta classe, sobretudo pelas pessoas. Todo o corpo policial tem de exigir mais, não por amor à farda, mas pelo respeito inabalável para com a dignidade própria e de toda uma sociedade. E quanto à má conduta, repudiá-la-emos sem medo nem branduras. Porque só são polícias os homens e mulheres que salvaguardam a segurança de todos sem exceção, os outros não têm lugar junto dos bravos e dos íntegros. Os outros, xenófobos e abusadores, são inimigos da democracia e da própria polícia.

As mudanças no Parlamento português



Joaquim Couto



Créditos da imagem: Miguel A. Lopes / Lusa

No passado dia 6 de outubro, realizaram-se em Portugal as eleições legislativas. Foram eleitos 230 deputados que comporão a Assembleia da República durante a próxima legislatura. Serão, portanto, os representantes do povo.

Passados alguns meses, importa perceber quais os impactos que os resultados terão na estabilidade política e económica do país. É também relevante analisar o papel da abstenção e qual o papel futuro dos partidos políticos, sejam eles tradicionais ou novos.

A maioria dos eleitores portugueses decidiu não exercer o seu direito de voto. Pela primeira vez desde 1976, mais de metade dos eleitores portugueses (51,43%) decidiu não votar. Embora, a meu ver, nada justifique a abstenção, parece-me pertinente que a classe política tome medidas com vista a combater este fenómeno. Uma solução que certamente ajudaria a menorizar o problema seria a reforma do sistema eleitoral. Este debate é longo e seria certamente um tema para ocupar exclusivamente um artigo de opinião.

Não fosse a queda estrondosa do CDS, e talvez os holofotes da noite eleitoral estivessem virados para o PCP

Quanto aos resultados eleitorais, tivemos uma vitória do Partido Socialista, mas sem uma maioria absoluta (116 deputados). Durante a próxima legislatura, o PS terá de negociar com outras forças parlamentares, numa situação parecida com aquela que se verificou nos últimos quatro anos, de forma a que o seu governo consiga ter a confiança do Parlamento. Assuntos importantes como o Orçamento do Estado terão de ser negociados entre o PS e os outros partidos com representação parlamentar para serem aprovados.

A situação é semelhante à da legislatura anterior, contudo, não é exatamente igual. Os partidos da direita tradicional (PSD e CDS), que, desde 1976, têm alternado com os socialistas a governação do país, têm agora menos deputados do que o PS (108 contra 84). Ou seja, a esquerda parlamentar, que, na anterior legislatura, tinha de votar favoravelmente as propostas do governo, sob pena de poderem ser chumbadas

pelo PSD e pelo CDS (que tinham mais deputados do que o PS), agora precisa apenas de se abster para que essas propostas sejam aprovadas. E nem sequer é necessária a abstenção de todos os partidos à esquerda do PS para que o Governo consiga ter maioria numa votação. Se, por exemplo, o PS votar a favor de uma proposta e o BE se abster, a proposta é automaticamente aprovada. Pode então dizer-se que a governação, nesta legislatura, pelo menos no que toca a apoios parlamentares, ficou um pouco mais facilitada.

Mais de metade dos eleitores portugueses (51,43%) decidiu não votar

Para além da vitória socialista, um outro aspeto que importa salientar foi a queda de três partidos (CDS, PSD e PCP). O CDS teve uma queda vertiginosa nas preferências do eleitorado português. Um dos fatores que podem ajudar a explicar o sucedido foi a questão, já bastante antiga, do voto útil. Quando as sondagens atribuem ao PSD resultados pouco satisfatórios, o eleitorado que alterna entre PSD e CDS tende a votar no PSD por achar que um voto neste partido terá mais utilidade na formação de um futuro governo de centro-direita. Um outro fator importante que nos pode ajudar a perceber o porquê do resultado dos democratas-cristãos é o facto de a direção nacional do partido ter adotado um estilo de oposição mais pragmático e menos ideológico. A tentativa de captar eleitores que tradicionalmente não votam no partido correu muito mal. O resultado do PSD pode, de certa forma, ser explicado com alguns erros cometidos na oposição e pelas intrigas internas. O partido cometeu o erro de ter focado a sua oposição ao Governo em dois problemas que o próprio Governo conseguiu resolver antes do fim da legislatura: instabilidade política e caos nas contas públicas. A partir do momento em o Governo conseguiu estabilidade política e manter o equilíbrio nas contas públicas, os argumentos dos socia-democratas ficaram enfraquecidos. As lutas internas também contribuíram para o mau resultado – quando o partido não está unido, a vitória fica quase impossível. Nos próximos anos, se PSD e CDS quiserem voltar a governar, terão de mostrar que são uma verdadeira alternativa política ao PS.

Por sua vez, o PCP perdeu também deputados. Não fosse a queda estrondosa do CDS, e talvez os holofotes da noite eleitoral estivessem virados para o PCP. O Partido Comunista tem tido, nos últimos anos, uma enorme dificuldade em modernizar-se. Talvez por isso, o eleitorado de esquerda mais jovem tenda a votar noutras forças políticas, como o Bloco de Esquerda ou o LIVRE.

Por último, e depois de referidos os vencedores e os derrotados, resta abordar os partidos estreantes e quais as suas possibilidades de crescimento no futuro. Nas últimas eleições legislativas, três pequenos partidos elegeram pela primeira vez um deputado. Foram a Iniciativa Liberal, o CHEGA e o LIVRE. A história política recente mostra-nos que é possível consolidar um partido novo no parlamento. São exemplo disso o PAN e o Bloco de Esquerda. Estes dois partidos conseguiram crescer porque conseguiram criar uma alternativa aos partidos existentes dentro do espaço político português. O BE conseguiu responder aos anseios de um eleitorado de esquerda que não se revia nem no PCP, nem no PS. O PAN conseguiu atrair algum eleitorado que não se revê na dicotomia esquerda-direita, abordando temas como os direitos dos animais e as questões climáticas, assuntos esses que são muito importantes para uma grande parte do eleitorado mais jovem e que permitiu ao partido quadruplicar a sua presença no parlamento, passando de um para quatro deputados.

A Iniciativa Liberal responde aos anseios do eleitorado que é liberal tanto na economia como nos costumes. Eleitores esses que não encontram essas respostas em nenhum dos outros partidos. Se fizer um bom trabalho Parlamentar ao longo da legislatura, poderá crescer e consolidar-se como alternativa no espaço político não-socialista, visto que PSD e CDS não são assumidamente partidos liberais.

Por sua vez, o CHEGA, um partido com menos de um ano de história, também conseguiu estreitar-se no parlamento. Aproveitou o descontentamento de algum eleitorado com os partidos tradicionais e conseguiu capitalizá-lo. O seu futuro dependerá muito da atuação dos partidos tradicionais. Se não começarem a tratar de forma moderada e sensata os temas que o CHEGA tem abordado, este partido tem margem para crescer.

É possível consolidar um partido novo no parlamento. São exemplo disso o PAN e o Bloco de Esquerda

O LIVRE apresentou-se como uma nova alternativa à esquerda, conseguindo conquistar eleitorado suficiente para eleger uma deputada. Com esta eleição, poderia consolidar-se como uma alternativa para o eleitorado de esquerda. Contudo, as recentes polémicas entre o partido e a sua deputada levaram ao rompimento da relação entre os dois e, consequentemente, ao fim da representação do partido no Parlamento. Poderá esta quezília significar o fim do LIVRE? Esta polémica recente demonstra a facilidade com que se pode destruir um pequeno partido.

Em suma, o resultado destas eleições, nomeadamente a elevada abstenção e o voto em partidos alternativos aos do “sistema”, demonstra, melhor do que nunca, que o eleitorado português está descontente com os agentes políticos e não vê nos partidos de centro-direita uma oposição credível. É também importante referir que, se o centro-direita quiser voltar ao Governo, terá de mudar a sua estratégia política e trabalhar na construção de uma alternativa ao PS.

Mario Draghi: a retrospectiva de um legado

 Tomás Paiva



Créditos da imagem: Monika Flueckiger / World Economic Forum

“Whatever it takes”. Três simples palavras que marcaram o percurso do reputado economista italiano à frente dos destinos do Banco Central Europeu (BCE) nos últimos oito anos, naquele que foi o período mais crítico que a Zona Euro já atravessou.

Praticou aquilo a que os mais recetivos denominaram de “criatividade monetária”

No longínquo mês de novembro de 2011, Mario Draghi assumiu a presidência do Banco Central Europeu, num momento em que a Europa ainda sentia os efeitos da crise financeira internacional e estava mergulhada numa profunda crise das dívidas soberanas, espelhada nos programas de resgate impostos a países como Grécia, Irlanda ou Portugal. Num tempo em que reinavam dúvidas, a maior certeza aparentava mesmo ser o fim da moeda única, que parecia incapaz de sobreviver a tal provação. Draghi, respondendo a este desafio, em julho de 2012, demonstrou que a comunicação pode ser altamente eficaz na gestão da política monetária, proferindo, numa conferência em Londres, três palavras que marcariam a história do seu mandato: *whatever it takes*. Garantiu que o BCE, a que presidia, faria tudo o que estivesse ao seu alcance para salvar a moeda única. *longer-term refinancing operations* Colocou um ponto final nas dúvidas que existiam e iniciou o maior processo de intervenção do BCE na economia europeia.

Se havia incertezas acerca da credibilidade do BCE, rapidamente se dissiparam. O banco central não se inibiu de tomar medidas não convencionais, indo além das palavras, atuando até aos limites da

política monetária. Praticou aquilo a que os mais recetivos denominaram de “criatividade monetária”. O primeiro programa que colocou em marcha foi o *outright monetary transactions*, OMT, que dava luz verde ao BCE para adquirir dívida pública, em mercado secundário, de países solventes, mas sob pressão dos mercados. Pretendia dar cumprimento ao que havia prometido: salvaguardar a Zona Euro. Seguiram-se as *longer-term refinancing operations*, LTRO, que permitiram o refinanciamento do sistema bancário a taxas substancialmente mais baixas.

Com a inflação muito longe da marca objetivo (perto, mas inferior a 2%), o BCE iniciou, no final de 2014, um programa de expansão monetária, o *quantitative easing*, com o objetivo de restaurar os valores tradicionais da taxa de inflação. A autoridade iria adquirir ativos, injetando diretamente moeda na economia e concedendo empréstimos aos bancos, a juros mais baixos e com maturidades longas.

Os objetivos foram alcançados? A resposta parece ser afirmativa. Os juros alcançaram mínimos históricos. Com a execução destes programas, o BCE foi acumulando elevados volumes de títulos de dívida pública de países da Zona Euro, o que levou à expansão do seu balanço como nunca tinha acontecido ao longo da sua história. Conseguiu, com as suas políticas, aparentemente e para já, eliminar os riscos de deflação, tão temida por alguns bancos centrais nacionais, como o Bundesbank. Não obstante, eliminou os problemas de financiamento das economias europeias, o que permitiu retirar o bloco europeu da recessão e ajudou à criação de cerca de onze milhões de postos de trabalho.

Se foram muitos os sucessos da governação Draghi, também com ela surgiram vários riscos.

As baixas taxas de juro deixaram sem alternativas os aforradores mais prudentes, que, para obter o mesmo retorno, são agora obrigados a enveredar pela aquisição de ativos de risco superior. Foi o único presidente da instituição monetária europeia que não subiu as taxas de juro por uma única vez ao longo de todo o seu mandato. Outro problema, e mais preocupante, é o risco de bolha no setor imobiliário, ainda ressentido da crise de 2008-2009. O italiano nunca descartou esses riscos, mas disse acreditar que os benefícios na economia europeia superavam estes efeitos colaterais adversos.

Muitos são os desafios do legado do “Super Mario”. Com o BCE a anunciar em setembro passado o regresso ao programa de compra de ativos, a autoridade monetária europeia continuará, num futuro próximo, a alargar o seu balanço, ficando a incerteza quanto ao processo contrário, ou seja, de venda desses ativos e consequente emagrecimento do ativo do BCE. Os riscos de deflação permanecem, numa altura em que a alavanca europeia, a Alemanha, começa a dar sinais de abrandamento económico ou até mesmo de estagnação. O economista italiano muitas vezes incentivou os países a realizarem reformas no plano económico e institucional. Pediu ainda aos governos que utilizassem eventuais folgas orçamentais para estimular o crescimento, uma vez que a política monetária, sozinha, é insuficiente para garantir crescimento sólido e sustentável no tempo. Contudo, os governos nacionais retardam em fazer avançar esses processos, adiando a tomada de decisões essenciais para a revitalização das economias nacionais.

Draghi fez o que muitos pensaram impossível: salvar o Euro

A finalização da construção da união bancária será outra das metas ainda a alcançar. Com o Mecanismo Único de Supervisão Bancária e o Mecanismo Único de Resolução já implementados, onde os fundos europeus de resgate criados são essenciais (FEEP e MEEF), fica a faltar o pilar do Sistema Europeu de Garantia de Depósitos, o mais controverso. Resta saber se os países reticentes do Norte e Centro da Europa serão capazes de colocar os valores da solidariedade e cooperação à frente das correntes populistas e nacionalistas.

O mandato de Draghi esteve longe de ser consensual. As divergências de alguns governadores de bancos centrais nacionais face à política seguida eram conhecidas. Algumas das medidas adotadas foram implementadas debaixo de um coro de críticas. Na hora de sair, defendeu o seu legado, assumindo que “a realidade fala mais alto”. Caberá a Christine Lagarde, a senhora que se segue, prosseguir o seu trabalho na condução do BCE e garantir a unidade do Conselho de Governadores, em tempos que não se avizinham pacíficos nem fáceis, mas que não serão, certamente, tão atribulados como os últimos oito anos.

Draghi será julgado pelo rumo da história, na certeza que fez o que muitos pensaram impossível: salvar o Euro. A credibilidade foi o timbre do seu mandato. A Zona Euro ganhou tempo para pensar o futuro. Importa agora saber por onde irão os caminhos da história europeia.

A metamorfose kafkiana do Eurossistema

“Metamorfose” trata a estranha transformação que, certa manhã, se dá no corpo de Gregor Samsa. Quando este acorda e se apercebe que se transformou numa barata gigante, a sua vida muda radicalmente. Assim, o checo Kafka acorda no leitor um profundo processo de reflexão sobre aquilo que significa, na verdade, o Ser e o Estar.



Nuno Medeiros



Créditos da imagem: Daniel Roland / AFP

Foi no decorrer da crise financeira dos “subprime” que a política monetária na Zona Euro, como era antes conhecida, deixou de existir (especialmente depois de 2015). A sua metamorfose, embora menos espetacular do que aquela que Kafka inventara em 1912, foi também inesperada, violenta e, acima de tudo, impossível de ignorar. Com a fragilidade política pela qual o projeto europeu tem passado recentemente, torna-se essencial assegurar medidas que fortaleçam as economias europeias. Mas, para isso acontecer, é vital que o BCE defina um rumo que funcione no futuro. Isto implica, para além de outras coisas, analisar com cuidado o mutante que foi criado – o que podemos esperar deste regime de taxas diretoras negativas a que nos fomos habituando nos últimos 5 anos? Na era do “data-driven everything”, com todas as implicações preditivas que isso implica, o melhor que podemos dizer é que ninguém, na verdade, sabe. Estamos a viver em condições absolutamente únicas, no que diz respeito à política monetária. Respostas taxativas não são de grande utilidade numa altura em que as decisões são revestidas, muitas vezes, de uma natureza experimental sem paralelo.

A severa crise financeira que rebentou em 2008, originada por uma teia com epicentro nas MBB (“Mortgage Backed Securities”), arrastou-se rapidamente para a Europa e asfixiou várias economias que, já de si, sofriam de falta de ar. Portugal foi um dos protagonistas dessa história. Foi com a crise das dívidas soberanas que Mario Draghi decidiu pisar o acelerador e levar a cabo uma política monetária do BCE de pendor extremamente expansionista. E desde então, através de mecanismos de cedência de liquidez, como o “Quantitative Easing”, o balanço do BCE disparou.

Com taxas de juro em recordes mínimos, esperava-se uma recuperação sólida da Zona Euro. O incentivo óbvio ao endividamento deveria, em condições normais, levar a um aumento do investimento e do consumo. No entanto, não foi isso que aconteceu. O monstro da armadilha de liquidez assim se assume como um dos principais oponentes ao crescimento europeu. Por cá, o endividamento tem sido, na verdade, muito fraco. Segundo o Bank of International Settlements, a dívida combinada das empresas não financeiras da Zona Euro passou de 14,2 biliões (USD) em 2008 para 14,1 biliões (USD) em 2018, e no mesmo período a dívida das famílias passou de 78,2 biliões (USD) para 76,8 biliões (USD); a dívida pública (a única que registou um aumento) cresceu de 10,1 biliões (USD) para 12,9 biliões (USD). Estamos claramente numa situação não convencional, e há indícios fortes de que a

tática do BCE possa estar esgotada. Ainda que o crescimento económico não seja um objetivo final do BCE (ao contrário do que acontece no FED), não podemos ignorar esta falta de eficácia das políticas monetárias. A tão desejada inflação de médio prazo abaixo, mas próxima dos 2%, está também longe do horizonte.

Para além de ser importante relançar o investimento e consumo por razões óbvias de sustentabilidade económica, é também importante fazê-lo para conseguirmos continuar a sermos competitivos. Seria impensável (ou, no mínimo, pouco provável) que, face ao quadro do tímido endividamento exposto acima, a dívida total mundial, na última década, tivesse registado aumentos muito significativos. Não obstante, registou. Cresceu cerca de 50% nos últimos 10 anos, responsabilidade principal da China, onde a dívida das empresas não financeiras cresceu de 4 biliões (USD) para cerca de 20 biliões (USD). Sim, leu bem – um aumento de 400% para o tecido empresarial chinês. Como Cristina Casalinho, CEO da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), expôs num recente seminário da FEP, são as economias emergentes asiáticas que, neste momento, detêm os maiores rácios de Dívida/EBITDA. A economia chinesa tem sentido um abrandamento do seu crescimento anual, mas, ainda assim, todos os anos adiciona o equivalente económico à Austrália ao seu produto (fonte: McKinsey, Maio de 2019). O banco de investimento Goldman Sachs prevê que, em 2050, a China seja a maior economia do mundo, com um PIB cerca de 75% superior ao dos Estados Unidos. O outlook chinês é positivo, mas, no entanto, não é perfeito. Há quem seja da opinião que a economia chinesa está “overleveraged” e no futuro possa passar por “defaults” em escala maciça. Por enquanto, a nação vermelha não parece querer abrandar.

O plano macro está a passar por grandes mudanças, e por cá continuamos agarrados a uma política monetária que não parece ser a resposta. Christine Lagarde, num recente comunicado, avisou que precisará da ajuda da política fiscal expansionista para que o BCE consiga alcançar o seu objetivo final (ver Financial Times, “Lagarde calls on European governments to launch fiscal stimulus”). Parece que no horizonte pode começar a surgir alguma mudança. No meio da busca pelo melhor “mix” de políticas, os bancos comerciais vão vendo a sua rentabilidade ser pressionada contra a parede, obrigando-os a aumentar comissões e a orientarem-se para serviços que gerem mais comissões. A taxa de facilidade permanente de depósito está fixada pelo BCE, à data da elaboração deste texto, nos -0,5%. Combinando-a com a taxa das princi-

pais operações de refinanciamento, que está nos 0%, sobra-nos um quadro contra intuitivamente pouco favorável para a concessão de crédito: bancos financiam-se com custos mínimos, porém a liquidez estacionada no BCE é-lhes prejudicial, e tanto as empresas como as famílias não parecem querer recorrer ao crédito, por mais barato que ele neste momento seja. E se é verdade que nem só de pão vive o Homem, é também verdade que nem só de comissões vive um banco. É por isso que, como resposta à baixa rentabilidade do crédito, iremos ver um perfil com menos aversão ao risco, por parte destas instituições. É inevitável. A questão é perceber até que ponto esta mudança vai afetar estas decisões de investimento, e em que medida elas vão afetar a Economia como um todo. Nunca é de mais lembrar que foi na concessão de crédito hipotecário que nasceram as raízes da última grande crise. E embora os bancos comerciais não tivessem sido os grandes arquitetos por detrás do colapso, foram uma peça importante no desenrolar do processo. Foi, por exemplo, com as CDO (“Collateralized Debt Obligations”), que se resguardaram do risco na concessão de crédito hipotecário. Este fenómeno aconteceu de forma tão veemente que o risco moral daí decorrente corrompeu, entre outras coisas, a verificação de condições da própria concessão em causa. E há um sinal, vindo do Norte, de que os vários riscos que enfrentamos devem ser levados a sério – recentemente, o Banco Central Sueco decidiu, seguindo uma lógica de mitigação de risco, abandonar o regime de taxas negativas, passando a sua repo rate (taxa da operação de acordos de recompra) de terrenos negativos para os 0% (ver Bloomberg, “Riksbank Hike Ends Subzero Experiment in Global Test Case”). No reporte mensal de Dezembro do Sveriges Riksbank, pode ler-se: “(...) But if negative rates are perceived as a more permanent state, there is a risk of various agents changing their behaviour in a way that is negative for economic development”, a propósito de vários problemas que podem ocorrer no futuro, como um aumento acentuado de preferência por circulação por parte das famílias, ao invés de depósitos.

O primeiro medo de Gregor Samsa, quando percebeu que tinha acordado no corpo de uma barata gigante, foi o de perder o emprego por chegar atrasado ao seu local de trabalho. O tema é bastante recorrente – ao longo da obra somos conduzidos por esta febre surrealista, onde as prioridades, os medos e os desejos se organizam num caos absurdo (à falta de melhor pleonasma). Gregor preocupa-se sistematicamente com as coisas erradas. Embora ninguém saiba dizer se o estado da política monetária da Zona Euro é uma barata horrível ou um outro bicho qualquer, porventura muito mais agradável, temos de nos lembrar que o foco tem de estar nas “coisas” certas. Para isso, é essencial discutir que “coisas” são essas. O projeto europeu depende disso. E, portanto, nós dependemos disso.



Para mais informações relativas à composição do balanço do BCE, sugerimos a consulta de ecb.europa.eu/pub/annual/balance/html/index.en.html

Entrevista a Lídia Pereira

A face de uma União Europeia mais jovem

Lídia Pereira é, aos 28 anos, a mais jovem eurodeputada portuguesa. Nascida em Coimbra, licenciou-se em Economia pela Universidade dessa mesma cidade, onde se envolveu pela primeira vez na política, na JSD. É também mestre pelo College of Europe, tem experiência como consultora nas "Big Four" e é presidente da Juventude do Partido Popular Europeu (YEPP) desde 2018. Eleita pelo PSD nas últimas eleições europeias, a eurodeputada é membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, na qual é também vice-coordenadora do Partido Popular Europeu (PPE).





Entrevista

por Duarte Brito e Nuno Sousa

realizada nas instalações do Parlamento Europeu, em Bruxelas

O que a levou a entrar na política e, em particular, a interessar-se por assuntos europeus?

Eu sempre fui ativa politicamente. Inicialmente, não era tanto partidariamente, porque na altura ainda não tinha definido bem qual era a minha orientação, se esquerda ou direita (apesar de eu achar, já na altura, que esta divisão que se faz hoje em dia carece de alguma discussão). Mas eu fui, desde o ensino básico, muito participativa na minha turma. Aliás, a minha turma sempre foi muito participativa – os nossos professores sempre foram muito promotores de discussão, de tal forma que sempre tivemos o hábito de, por exemplo, ler uma notícia e prepará-la para a apresentar aos colegas na aula seguinte. O meu interesse começa a crescer pelo final do 8.º ou do 9.º ano. Eu já na altura escrevia algumas coisas – primeiro para mim, depois tive um blogue. No ensino secundário, começo a ter uma ideia mais clara, mas, mesmo assim, eu ainda não me sentia convencida com um ou outro partido. Mais tarde, entrei na faculdade e comecei a frequentar várias vezes as reuniões da JSD de Coimbra. A partir daí, acho que a minha entrada na vida partidária acabou por ser muito natural – entretanto, fui convidada para ser vogal da comissão política da JSD, depois fui vice-presidente da distrital de Coimbra e também pertenci à CPN [Comissão Política Nacional] da JSD nacional, enquanto fui a diretora das relações internacionais.

Desde sempre me interessei muito pela construção europeia – eu lembro-me que, quando escolhi ir para Ciências Socioeconómicas, no ensino secundário, já fui motivada pelo que ia lendo sobre o Banco Central e sobre os desenvolvimentos que iam acontecendo na Europa, mas que, para nós, enquanto estávamos a estudar, acabavam por passar despercebidos. Há alguns dias, estávamos a conversar sobre a entrada do Euro no quotidiano – isto porque eu ainda faço a conversão para Escudos [risos] – e lembro-me muito bem da transição. Na escola, tínhamos máquinas de venda automática e, em janeiro, do dia para a noite, o preço das bebidas deixou de ser 100 Escudos para passar a ser 50 cêntimos. Aquele episódio acabou por marcar um bocadinho o meu interesse não só por Economia mas também pela União Europeia. Tanto é que eu participei, em 2010 ou 2011, no *Model European Union* (que decorre todos os anos em Estrasburgo, durante uma semana; no fundo, é uma simulação do funcionamento do Parlamento, do Conselho e da Comissão, para nós percebermos como é que funciona o processo legislativo) e, já nessa altura, eu achava que queria conhecer mais acerca da Europa, porque nós, portugueses, acabamos por conhecer muito pouco. Aliás, foi isso que me levou, depois, a fazer Erasmus em Praga – eu não conhecia tanto a realidade dos países da Europa Central e de Leste e foi uma oportunidade que tive para os conhecer melhor. Depois desta experiência, quis continuar fora e também fiz o meu mestrado fora. Apesar de ter regressado a Portugal, a Coimbra, fiquei sempre com a curiosidade de explorar mais esse lado internacional que nós temos, sobretudo europeu. E foi assim que acabou por acontecer, tanto a minha participação política como o meu interesse nos assuntos europeus. Mas eu penso que a minha participação política também teve outras influências: o facto de, por exemplo, eu ter sido escuteira até aos 22 anos incutiu em mim esse lado da discussão e da apreensão de valores, que se materializaram na minha participação política e no meu interesse pelos assuntos europeus.

A eurodeputada Lúcia Pereira é a mais jovem eurodeputada portuguesa, com 28 anos. Sente que a sua juventude influencia o seu trabalho no Parlamento Europeu e a dinâmica com outros eurodeputados?

Eu acho que é um período interessante para se estar na política. Em geral e, em particular, aqui no Parlamento Europeu, porque há tantas coisas a acontecer que, muitas das vezes, acabamos por subestimar o impacto que elas têm. Por exemplo, a questão do Brexit – eu pude testemunhar e viver a dificuldade do processo. A dificuldade e, no fundo, até a tristeza, pela forma como termina (apesar de eu achar que não é um final definitivo).

Em relação à minha idade, a parte engraçada é que,

como a grande maioria das pessoas que trabalham no Parlamento (o *staff* normal, não estou a falar dos assessores políticos), não está muito habituada a ver caras mais jovens enquanto deputados, acabo por ter uns episódios engraçados à custa disso. Por exemplo, ao entrar aqui no parlamento (há umas entradas para os deputados), acabo sempre por ter que mostrar identificação, porque ninguém acredita que eu sou deputada!

Em relação à integração com os meus colegas, este é um período interessante porque, para além de termos um parlamento bastante fragmentado comparativamente àquilo que se passava no passado, temos cerca de 60% de caras novas no parlamento. Para cerca de setecentos deputados, é uma dificuldade adicional: quando já conhecemos todos os colegas, sabemos facilmente quem é que normalmente fica com que assuntos, temas, ... Agora, temos uma realidade diferente – mudou a Comissão, mudou a liderança do Banco Central, ... A parte interessante é poder aprender com os colegas que já têm experiência de anos de política (europeia ou não) e dar a perspetiva, talvez mais isenta e independente, de alguém que, também por ser mais nova, tem uma perspetiva diferente das coisas, bem como uma forma de ver o mundo e preocupações diferentes. Eu não acho que nós tenhamos mais razão do que as pessoas mais velhas. Não adoto essa narrativa. Prefiro aprender com eles e tentar mostrar-lhes como é que nós vemos o mesmo problema.

Não considera, então, que haja uma relação de conflito entre gerações?

Não, de todo! E devo dizer que, internamente, no grupo do Partido Popular Europeu, eu tenho sido tratada com respeito e em pé de igualdade com colegas que já estão cá há mais anos! Prova disso foi o facto de eu ter sido tão considerada como outros colegas quando me decidi candidatar a vice-coordenadora da Comissão de Economia e Assuntos Monetários para o grupo do PPE. Portanto, há, no fundo, um reconhecimento de que não é por sermos jovens que não sabemos tanto das coisas. É claro que a nossa experiência é reduzida e é diferente da de uma pessoa que esteja cá há mais anos e que tenha até um percurso profissional mais longo do que o meu, mas é importante sublinhar (porque às vezes achamos que podemos ser desvalorizados) que tem havido uma forma de tratamento muito igual para com os outros pares.

O Conselho Europeu está reunido neste momento para decidir sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual. A proposta do Conselho Europeu, encabeçado por Charles Michel, é suficiente? O Governo português e o Parlamento Europeu acham que não. Como é possível aumentar os recursos do Orçamento Europeu numa situação em que a UE perde um grande contribuinte, o Reino Unido, mas em que a UE tem cada vez mais desafios a responder?

Eu acho que qualquer proposta que sugira um corte relativamente ao quadro financeiro anterior é má. Infelizmente, Portugal continua a ser um país da coesão e, portanto, essa circunstância é penalizadora no caso de haver cortes nos fundos de coesão. Pelo que tem sido apresentado, a tónica tem sido num valor de orçamento mais baixo do que aquilo que o Parlamento defende – no caso, é 1,3% da riqueza gerada na União Europeia. Portanto, se houver cortes, nós vamos perder, como é evidente. Aquilo que tem que ser assegurado – e eu acho que é esse o grande trabalho dos governos nacionais, e que não tem sido feito da melhor maneira – é explicar às pessoas, à opinião pública, os benefícios que a União Europeia tem trazido, ao longo destes anos todos, a todos os países que dela fazem parte. Porque eu acho que a relutância em se aumentar um orçamento provém muito da opinião pública, que depois acolhe apoio na posição dos governos nacionais em não estarem disponíveis para aumentar as suas contribuições para o Orçamento da União. Continua a haver, também – e isso explica um pouco o posicionamento das várias geografias da Europa –, alguma desconfiança entre o norte e o sul relativamente ao cumprimento dos compromissos assumidos e à resposta que os países deviam dar com o dinheiro que vão recebendo. Isto também não é benéfico mas, mais uma vez, eu penso que tem que haver uma narrativa diferente da parte dos governos nacionais, porque nós podemos, num futuro próximo, e se de facto continuarmos esta trajetória de encolher

cada vez mais um orçamento (principalmente com a saída do Reino Unido, porque deixamos de ter um contribuinte no Orçamento), precisar de uma grande onda de apoio público para o projeto da União Europeia. O Brexit já aconteceu – nós não sabemos se isso poderá ter mais repercussões noutros países. Estou em crer que não, mas pode acontecer. Portanto, temos de ser politicamente cuidadosos com isso. Se, de facto, se verificarem os cortes anunciados e Portugal sair a perder, não fará sentido! Em propostas feitas no passado, havia países como a Itália ou a Suécia que passavam a ganhar mais e nós, que estamos numa posição de desenvolvimento económico ainda diferente de outros países europeus, éramos penalizados.

Queria só deixar a mensagem de que é este tipo de situações de impasse que muitas vezes podem ser exploradas pelos populistas. “Em Bruxelas, estão há dias ou há semanas para decidir um orçamento! Nós temos é que avançar e ali eles só perdem tempo! São só burocratas, tecnocratas, ...”. Temos de pensar racionalmente: sabemos que os recursos são escassos, que há vontades limitadas para se aumentar o orçamento da União, ... Mas o ponto é: se nós, com tão pouco – porque o orçamento da União é francamente baixo se nós compararmos com a realidade norte-americana –, conseguimos fazer tanto, e tendo em conta o quanto o projeto europeu cresceu e as oportunidades que proporcionou até hoje para os vários países da União, imagine-se com mais verbas! Claro que sempre bem geridas e com obrigações de parte a parte: os estados-membros cumprirem com aquilo que lhes é devido, nomeadamente em matéria orçamental. Podíamos ter uma potência europeia muito mais pujante do que aquilo que nós temos visto até hoje. Portanto, eu acredito que o Parlamento Europeu continuará a bater-se por uma proposta que não prejudique Portugal e, nessa batalha, não nos vamos deixar render até ao último minuto.

Esta discussão já se estende há bastante tempo, podendo chegar-se a uma situação em que o orçamento só seja aprovado numa altura mais tardia do ano. Corre-se o risco de acontecer o mesmo para 2021?

Pode acontecer. Mas a forma como os quadros plurianuais são feitos permite sempre aquelas folgas do “n+2”, “n+3”, ... Portanto, as verbas dos quadros anteriores continuam a ser canalizadas. De qualquer forma, é tempo que perdemos, principalmente tendo em conta que o mandato do Parlamento começou em julho. Portanto, estamos a perder tempo e dinheiro que podia começar a ser canalizado para os grandes projetos da União – por exemplo, a questão do combate ao cancro (uma proposta que estava no programa do PSD e do Partido Popular Europeu durante as eleições europeias), desafios como o *Green Deal* (na questão ambiental), ... Enfim, temos aqui uma série de coisas que, quer queiramos quer não, continuam a ser adiadas, quando podiam já estar em marcha e ter, inclusivamente, uma série de outros processos legislativos a decorrer para dar resposta a essas políticas públicas.

Existem várias propostas de criação de recursos próprios da União Europeia. Gostaria de saber, na sua opinião, quais é que acha que devem ser implementadas ou que têm possibilidades reais de ser implementadas num futuro próximo.

Perante os factos, neste momento, não antevejo que uma situação de recursos próprios venha a ocorrer a breve trecho. O facto é que, hoje em dia, temos uma economia cada vez mais conectada, quer a nível europeu, quer a nível internacional. Temos uma realidade diferente, com regimes fiscais que precisam de ser adaptados ao século XXI – e, com isto, estou a referir-me à economia digital, que, neste momento, gera uma série de receitas consideráveis que são canalizadas de forma diferente por cada Estado-Membro. Para além disso, também depende da jurisdição em que determinada empresa está sediada. Aquilo que eu acho que podia ser um primeiro passo para um eventual Orçamento com recursos próprios seria mesmo a harmonização fiscal. Hoje em dia, parte da receita do Orçamento para a União provém do IVA, que é, no fundo, canalizado para as contribuições do Orçamento. Neste momento, existe grandes disparidades nessa matéria, o que propicia uma diferença na competitividade entre países. Portanto, devia haver alguns incentivos e penso que, por parte do Comissário com a pasta, há essa abertura (e até intenção) de darmos um passo

para mais harmonização fiscal. Dando esse passo, estaremos em melhores condições para pensarmos num Orçamento com contribuições de outra natureza. No entanto, até lá e perante a circunstância atual, vejo com alguma dificuldade. Eu acho que é politicamente essencial, pelos motivos que enumerei há pouco, que se caminhe nesse sentido, mas, para já, não acho que estejam reunidas as condições necessárias para atingirmos esse objetivo.

Como pertence à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, gostaria de saber quais considera serem as principais insuficiências da arquitetura da União Económica e Monetária e quais as medidas que devem ser tomadas para colmatar essas insuficiências.

Nós temos ainda algumas coisas por colmatar, que já vêm com um atraso imenso. Refiro-me ao Mecanismo Europeu para a Segurança dos Depósitos [em inglês, *European Deposit Insurance Scheme* (EDIS)], que é o terceiro pilar da União Bancária e que ainda está por completar. Eu acho que é fundamental avançar e, de acordo com as prioridades que foram definidas pela Comissão, creio que será um dos temas para concluir. Temos uma série de outros desafios, nomeadamente ao nível das *cryptocurrencies*. Eu penso, de acordo com aquilo que a presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, tem vindo a dizer: nós devemos promover a inovação, mas devemos ser cautelosos na forma como o fazemos e temos que garantir que haja uma luta clara contra o branqueamento de capitais. Infelizmente, a União Europeia, apesar de ter sido pioneira em matéria de legislação na luta contra o branqueamento de capitais, continua a ser um local procurado para determinado tipo de atividades ilegais, nomeadamente lavagem de dinheiro. Eu diria que estes desafios são talvez os mais importantes, a par das consequências que o desenvolvimento das *Fintech* cria no setor bancário. Na verdade, refiro-me à forma como este tem que se adaptar a esta nova realidade. Não estou a falar apenas das novas *startups*, como é o caso da Revolut: há outras que podem vir a surgir se houver os desbloqueios necessários na União Bancária. A questão da digitalização e a partilha de informação entre os Estados Membros do ponto de vista fiscal e do combate à evasão fiscal tem sido uma prioridade – e digo isto porque, recentemente, em Dezembro, foram aprovados os meus relatórios que preveem exatamente a luta contra a invasão fiscal e fraude no comércio eletrónico – e isto deve-se ao facto de termos uma economia cada vez mais digitalizada e um crime cada vez mais sofisticado. Portanto, as instituições têm que responder a essa nova realidade – temos que nos preparar para isso – e acho que a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários tem dado importantes passos nessa direção. Mas diria que o mecanismo europeu para a segurança dos depósitos é fundamental. Infelizmente, no Eurogrupo, tem havido alguns avanços, mas sempre muito curtos. É um assunto que já se fala desde 2014 ou 2015; estamos em 2020 e ainda não se viram grandes avanços. Definiu-se um novo quadro para o EDIS, mas ainda estamos longe de o ver concretizado. Portanto, em súmula, eu diria que digitalização, *Fintech*, branqueamento de capitais e invasão fiscal são as prioridades para este mandato.

Relativamente à digitalização, qual deve ser o papel da UE no crescente processo de digitalização da Economia e no desenvolvimento da inteligência artificial?

Se a UE quer ser uma potência global na área da digitalização, vai ter que apostar e fazer investimentos claros nesta oportunidade – digo oportunidade, porque acho que a digitalização da economia é verdadeiramente uma oportunidade. A inteligência artificial é um tema que tem sido muito caro à China: dois terços do investimento global nesta matéria são realizados na China, daí a maioria da inteligência artificial ser proveniente de lá. Também os Estados Unidos; aliás, quando Donald Trump percebeu que a China estava a liderar em matéria de inteligência artificial, não quis ficar para trás e anunciou um pacote de medidas de investimentos na inteligência artificial. Por outro lado, a Europa ainda carece em competências na área da digitalização. Isso leva-nos a uma discussão até mais ao nível da educação e sistemas educativos – se nós queremos estar na vanguarda da tecnologia, temos que equipar as pessoas com essas ferramentas para que possam desenvolver a tecnologia e produzir inovação nesse sentido (garantindo sempre, claro, os padrões éticos que a inteligência artificial requer – nomea-

damente a proteção dos dados – porque, num mundo tão globalizado, é evidente que haverá cada vez mais ataques cibernéticos de origens diversas que podem comprometer o equilíbrio do mundo como o conhecemos). A UE tem dado sinais dessa preocupação em alavancar a sua competência na área da digitalização: estamos a falar de programas como o InvestEU ou como o Horizonte Europa, que estão muito focalizados nessa nova oportunidade. Se repararmos que a revolução industrial demorou imenso tempo a realizar-se e o Twitter demorou apenas vinte e nove dias a estar online, há aqui uma grande oportunidade que deve ser aproveitada e impulsionada. Temos de ter em conta que o esqueleto da economia europeia continuam a ser as PME, pelo que devemos dar-lhes as oportunidades, que precisam (nomeadamente às *startups*) para poderem crescer o suficiente. Eventualmente, pode pensar-se ainda num regime jurídico europeu que preveja esta possibilidade de as empresas conseguirem ganhar escala e, com isso, tentar-se atingir os objetivos a que nos propomos no contexto europeu. Há pouco, referia-me à questão da educação – nós temos regimes educativos muito diferentes e, se nós estamos a competir a nível global com a China, os Estados Unidos ou a Índia, estamos a ficar para trás. Não estou, com isto, a aludir à possibilidade de a educação deixar de ser uma competência nacional, mas considero ser necessário ajustar agulhas para garantir que estamos todos em pé de igualdade para competir com o mundo, que é global, conectado, mesmo apesar de alguma guerra económica que possa provir da China ou dos Estados Unidos. Portanto, a Europa tem aqui essa grande oportunidade – e desafio – que é adaptar-se aos concorrentes e liderar, também, em matéria de economia. Nós somos unidos na diversidade, mas também queremos ser líderes na competitividade, e só vamos ser verdadeiramente competitivos se estivermos na vanguarda da tecnologia, para podermos acomodar uma digitalização da economia que seja benéfica para todos e que, à semelhança do que tem sido a política ambiental da UE, não deixe ninguém para trás.

Nessa estratégia, deve a UE incentivar a criação de gigantes europeus na indústria e na tecnologia?

Eu considero que a UE deve alavancar as empresas europeias que tem. Por exemplo, na tecnologia do 5G, a Nokia e a Ericsson são exemplos disso: têm tecnologia mais cara do que a Huawei. Mas são empresas europeias e, à semelhança das outras potências (no caso, os Estados Unidos e a China), que também privilegiam os seus “campeões”, eu não vejo razão para a Europa não fazer o mesmo. A tecnologia 5G, se não estou em erro, pode criar 2,5 milhões de empregos e gerar na economia um crescimento de 150 mil milhões. Estamos a falar de números bastante significativos, por isso, a estratégia tem de passar pelas empresas europeias, pela investigação e tecnologia europeias, para nós podermos estar na vanguarda de que falamos há pouco.

Como é que a estratégia digital e industrial da UE se encaixa na sua estratégia global como grande *player* internacional em outras áreas, como o clima, a proteção social e a geopolítica?

No ponto de vista ambiental, muita tecnologia utilizada, por exemplo, nas energias renováveis é europeia. Aliás, é aqui que eu acho que o *Green Deal* pode ter uma grande influência – garantir que mantenhamos essa tecnologia europeia em solo europeu e que exportemos essa tecnologia. No domínio da proteção social, o modelo social europeu (a garantia que nós temos do acesso à saúde, do acesso à educação, ...) é incomparável ao de qualquer outra geografia no mundo. O ponto é: se queremos manter esse modelo social, temos que fazer algumas escolhas. Portanto, a Europa (neste caso, os Estados-Membros no seu conjunto) tem que definir qual o caminho a seguir. Felizmente, hoje tem dia, temos uma qualidade nos serviços públicos e um acesso à saúde que não temos nos Estados Unidos. Portanto, se quisermos manter o modelo social europeu (que está cada vez mais a encarecer – não nos podemos esquecer que somos o continente mais envelhecido e que isso traz custos), é preciso, também, adaptarmo-nos a essa realidade. Por isso é que eu falava, há pouco, de ajustarmos os sistemas fiscais aos dias de hoje. Aliás, aproveito aqui para fazer um parêntesis: a nossa geração (a geração *millenial*) arrisca-se a ser a primeira geração a viver pior que as anteriores, e isto acontece precisamente por uma série de desafios

como a digitalização, a preparação da educação para a digitalização da economia, o envelhecimento da população e os custos crescentes com a saúde por via desse mesmo envelhecimento. Fiz aqui este parêntesis, porque é preciso termos todos estes fatores em conta para conseguirmos, de uma forma sustentável e sustentada, mitigar os potenciais efeitos de uma geração vir a viver pior do que as anteriores. Do ponto de vista da geopolítica (nós temos uma Comissão bastante geopolítica, não só pelo *background* da própria presidente da Comissão, mas pela própria composição do colégio de comissários), eu acho que é aqui que teremos que definir quais as prioridades. Eu preferia uma Europa que, por um lado, privilegiasse as empresas europeias e, por outro, construísse acordos comerciais com outros países. Eu considero que a UE tem um papel a defender, por exemplo, nos direitos humanos, na política ambiental, no combate ao branqueamento de capitais, ..., que são aspetos que podem ser firmados em acordos comerciais com outros países. Eu penso que é através deste mecanismo da política comercial que a Europa pode imprimir noutros países os valores e os princípios europeus e, assim, ter um papel de alguma influência no panorama geopolítico.

Essa parte é muito interessante. Ao nível da teoria económica, quando falamos de acordos comerciais, focamo-nos mais nos efeitos gerais de bem-estar. Esta política comercial está a pensar noutros fatores, nomeadamente a segurança alimentar e os direitos humanos. Neste âmbito, qual é a relação da União Europeia com as outras potências do mundo, principalmente com os Estados Unidos? A política comercial acaba por ser um cavalo de batalha nessa rivalidade?

Talvez esta realidade aconteça, sobretudo, por culpa do contexto político nos dois lados do Atlântico. No entanto, acordos como o que há pouco tempo se celebrou entre a UE e o Vietname são, inegavelmente, importantes passos para termos esta capacidade de, como eu dizia, imprimir os valores europeus e promover as empresas europeias além-fronteiras. Quando me refiro a valores ou princípios europeus, refiro-me ao direito do trabalho, à proteção das crianças, à política ambiental, ... Se a Europa quer continuar a ser líder nestes domínios (sobretudo no domínio ambiental), tem que haver um diálogo muito maior com os Estados Unidos (o acordo transatlântico TTIP – Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento – acabou por ficar em “banho Maria”), porque há algo que não podemos ignorar: se há muito que nos separa, também há muito que nos une – por exemplo, os dois lados do Atlântico defendem a liberdade, nomeadamente a liberdade de expressão, ao passo que há outras geografias que nem tanto. Portanto, eu acho que este tipo de definição por parte da UE é fundamental para orientar as suas políticas de uma forma que sejam favoráveis a si e aos parceiros com quem afirme esses acordos comerciais.

Passando para uma pergunta relacionada com a sua família política, como é que o partido de Órban, o Fidesz, ainda pertence ao Partido Popular Europeu (apesar de estar suspenso)?

Gostava de falar de uma coisa que não se costuma falar muito: quando o Fidesz entrou para o panorama europeu, à semelhança do PSD, fazia parte do ALDE, os Liberais. Mais tarde, o Fidesz e o PSD entraram mais ou menos ao mesmo tempo para o PPE. Estou só a contextualizar, não os estou a comparar. Mas não nos podemos esquecer do *background* dos países de Leste, que é completamente diferente dos países do Ocidente: estes países estiveram sujeitos a um regime comunista durante anos. A adesão dos partidos destes países de Leste permitiu ao PPE crescer e tornar-se um partido dominante no contexto europeu. Portanto, tendo em conta o contexto diferente, a política também se alterou. Nós passamos por muitas coisas, como a crise financeira, o facto de ter havido alguma alteração na política nos chamados países de Visegrado, ... Portanto, esta alteração do contexto político propiciou algum desvio daquilo que é a matriz identitária do PPE, que é um partido pró-europeu, até de cariz federalista. Eu sou defensora do diálogo e considero que é preferível falar com os partidos que estão mais próximos do que com os que estão mais longe, mas o que é importante ver aqui é que os partidos têm de ser capazes de ser claros naquilo que, no fundo, os une – no caso, a defesa da liberdade de expressão, a independência dos tribunais e uma série de outras coisas. Se, eventualmente, há um partido ou outro

que pondere sair de um grupo político (não só do PPE), não há problema. Aliás, isso já aconteceu – dou como exemplo a fragmentação do partido dos Republicanos, em França, em que uma onda de militantes se juntou ao partido de Macron e agora estão nos Liberais e continuam a estar muito próximos do PPE. Enfim, não podemos ver esses acontecimentos como o fim de alguma coisa – é fruto dos tempos, é inevitável que as coisas se alterem! É impensável pensar que tudo em política é imutável e, portanto, o partido [Fidesz] continua suspenso e continua a haver um conjunto de diálogos e de troca de impressões para se poder ver como podemos sair com sucesso deste imbróglio.

Queria dizer outra coisa: na Hungria, há um partido ainda mais radical do que o Fidesz e é muito perigoso se houver alguma tentativa de aproximação entre os dois. Eu penso que, enquanto houver diálogo entre o PPE e o Fidesz, é positivo. Eu não me revejo em muitas das posições do Fidesz, mas os mecanismos do PPE continuam a funcionar e o Fidesz continua suspenso e eu espero que o que vier a acontecer no futuro seja em benefício das pessoas dos partidos que pertencem ao PPE. Para finalizar, não nos podemos focar apenas na questão húngara. A questão polaca também é preocupante – o partido PiS (Lei e Justiça), de Jaroslaw Kaczynski, é muito perigoso e nós temos, no PPE, colegas polacos do partido moderado (Plataforma Cívica), que também não se reveem em muitos momentos em atitudes do Fidesz. Em Malta, temos um governo socialista suspeito do homicídio de uma jornalista, e que consegue, mesmo assim, passar incólume no panorama mediático. É preciso ver muito bem o contexto na questão dos países de Leste, em particular o regime comunista em que viveram. A tentativa de “ocidentalização” desses países provavelmente saiu gorada e, portanto, há situações nacionalistas que emergem e temos de saber lidar com elas, com mestria, com inteligência e sendo sempre muito claros nos valores que defendemos.

Como é que os partidos do “establishment” se conseguem adaptar a esta fragmentação do sistema partidário e, em particular, qual é o seu impacto na formação de consensos no Parlamento Europeu?

Está muito difícil. Eu acho que, na questão do “establishment” dos partidos políticos em geral, nós estamos a viver o resultado de um leilão de ilusões que ocorreu durante anos. Essas ilusões eram melhores condições de vida para a população em geral, melhores salários, melhores serviços, mais emprego, ... Por força da alteração do contexto económico, da digitalização, da globalização, estas ilusões estão a cair por terra. Os partidos têm que se adaptar à realidade, que não cumpre o que andaram a “vender” durante anos aos eleitores. Só assim é que é possível conseguir consolidar as forças moderadas neste momento volátil que tende a pender um pouco para o populismo. E o populismo surge exatamente por causa deste leilão de ilusões, que provoca uma série de dificuldades no panorama europeu – em particular, a dificuldade em formar consensos. Vemos que os extremos estão polarizados e que cresceram face às forças moderadas, o que nos coloca alguns desafios ao fazer escolhas, nomeadamente ao selecionar os nossos aliados. Tem sido claro que as forças pró-europeias têm sido privilegiadas em todos os consensos que têm sido feitos, mas é preciso que os partidos políticos tradicionais percebam que o panorama se alterou. Atualmente, as redes sociais dão uma visibilidade enorme a estes partidos “anti-establishment”, que podem, livremente, ter uma narrativa disruptiva face aos partidos tradicionais, porque nunca estiveram no governo – não têm amarras a nenhum tipo de acontecimento. Portanto, a dificuldade que temos aqui no Parlamento é um alerta: a possibilidade de crescerem forças extremistas à esquerda e à direita pode, para futuro, comprometer o processo de construção europeia. Mas o que está a aconte-

cer no Parlamento Europeu é um reflexo daquilo que está a acontecer nos países, individualmente.

Para finalizar, como é possível aproximar os cidadãos da Europa e dos seus representantes nas instituições europeias?

Uma das formas de aproximar os cidadãos da Europa (e acabei de falar dela) é através das redes sociais. Não é a única maneira, mas acho que é uma boa forma, pelo menos para o público mais jovem, que está mais presente nas redes sociais. Mas a forma de aproximar parte, também, dos governos a nível nacional, regional e local. Por exemplo, os políticos e os representantes dos cidadãos devem ter o cuidado, sempre que há uma inauguração de um projeto qualquer financiado pela União Europeia, de mencionarem o papel da UE na sua construção. Escolas, hospitais, laboratórios, unidades de investigação, ... – estes projetos são muito importantes e chegam, muitas vezes, a ser financiados a 80% pelo Orçamento Europeu. É preciso ter cuidado e isso parte da responsabilidade da política local e da política nacional, dos deputados e até do governo. Aquilo que vemos é que os governos têm capacidade para criticar Bruxelas quando as coisas correm mal, mas é muito difícil congratularem Bruxelas quando as coisas correm bem. Foi por causa de anos e anos desta narrativa que tivemos fenómenos como o Brexit. David Cameron (isto não é novidade para ninguém) criticou a União Europeia durante anos e, duas semanas antes do referendo, tornou-se pró-europeu. É claro que isso tem consequências, e a consequência foi o Brexit. Aquilo que podemos fazer é estarmos o mais presentes possível, é trazer as pessoas cá, é interagirmos com as pessoas através dos canais que nós temos disponíveis (como as redes sociais), mas a responsabilidade não é apenas nossa: o apoio dos responsáveis políticos a nível nacional também é fundamental.

Foreign Exchange

Behind the trend



FEP Finance Club
Forex Trading Team

In February, and despite a trend change that reverted most of the downfall, the euro overall lost ground against the dollar on the back of worrying Coronavirus news in Europe.

Fundamental analysis

The EUR/USD pair started the month with a bearish trend. The US Manufacturing PMI (Jan) silenced Germany's surprising Manufacturing PMI (Jan), ultimately valuing the dollar. Until the 14th, due to a combination of a dovish ECB and fears about the coronavirus and the slowdown in the Eurozone, the EUR/USD kept its bearish trend. On the 18th, when the German ZEW Indicator of Economic Sentiment fell 18 points from January, we witnessed a 3-year low position. As the EUR/USD reached a 100% symmetrical target, the pattern of compression into these lows led into a breakout in favour of the buyers. On the 24th, the euro rose above 1.0850 on the back of a stronger German IFO report and continued rising. With Coronavirus' news escalating in Europe and with Trump's strong statements on the subject, on the 28th, we saw a strong contrasting reaction from the pair.

Headline of the month:

Coronavirus Outbreak – Economic Reach

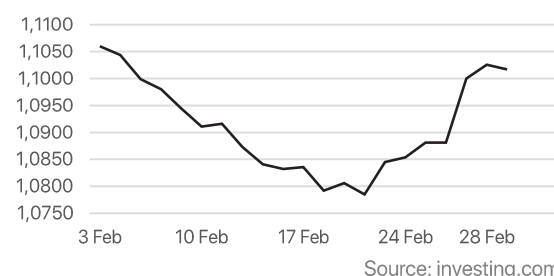
The epidemic has proven to be massively prejudicial to the global supply chains and commodity trade “from and to” China. Europe's situation was negatively influen-

ced by this, which culminated in the worst annual start since 2015. Even the largest European firms have seen their profit growth forecasts being cut, even by half in some cases. Specifically, there were significant declines in industrial production in both France and Germany and the possibility of a recession in the last one has been revived. This led the EUR/USD pair to fall to its lowest level since 2017, reaching 1.0784 dollars (Bloomberg).

Apple, representing the current conditions of the United States' companies, announced that its sales this quarter would fall short of forecasts and that revenue would take a hit. This bombshell announcement seemed as a warning that would inspire some sort of sell-off on Wall Street. With all the fear and anxiety taking over, market expectations for a FED rate cut as early as March have been boosted and believed necessary by most experts as a way to insulate the U.S. economy from the effects of the virus.

Investors have every reason to be anxious since the S&P500 recorded the fastest downfall in history, taking only six sessions to fall into correction territory (CNBC). As the outbreak spreads, officials at the WHO now say that it has reached a “decisive point” and has “pandemic potential”, which would only worsen the situation.

EUR/USD (3rd Feb to 28th Feb)



Calendar

- Mar 17th** German ZEW Economic Sentiment (Mar)
- Mar 18th** Fed Interest Rate Decision
- Mar 20th** Existing Home Sales (Feb)
- Apr 1st** US ISM Manufacturing PMI
- Apr 3rd** US Unemployment rate
- Apr 9th** ECB Monetary Policy Meeting Accounts
- Apr 10th** US Core CPI m/m
- Apr 15th** US Core retail sales m/m

This is an excerpt from the FEP Finance Club's February FX Monthly Report.

Consider reading the full report by scanning the QR Code and subscribe accessing eepurl.com/bhFcVD.

Disclaimer: Both the report and this excerpt has been prepared by FEP Finance Club for informational and marketing purposes only. The information and opinions contained herein have been compiled or arrived at from sources believed reliable and have been reviewed by members of both FEP Finance Club and FINK Group. This information should not be interpreted as a “call to action”. For more information and a more thorough legal disclaimer, please consider reading the full report.



Qual é a maior dívida do mundo?

Factos e reflexões



Atualmente, e à escala global, o Japão é o país com a maior dívida pública em percentagem do PIB, representando cerca de 240% do PIB japonês. Até que ponto são as economias europeias, como Portugal, Itália e Grécia, que dominam o pódio de rácio da dívida atrás do Japão, e a economia japonesa comparáveis? Para responder, devemos ir além da redutora análise da dimensão relativa da dívida. Há todo um contexto que molda as nações económica e socialmente e que condiciona a gravidade da dívida pública para o povo que a sustenta.

O Japão é um país que, apesar da baixa taxa de natalidade e da maior esperança média de vida do mundo, que contribuem para o contínuo envelhecimento populacional, demonstra um crescimento económico estável, embora curto. Revela-se a terceira maior economia do mundo, em PIB nominal, resultado de, entre outros aspetos, uma taxa de produtividade elevada aliada a uma taxa de desemprego abaixo dos 3%, que suportam um sistema de produção baseado na inovação e na tecnologia de ponta. Posto isto, há que considerar os fatores associados à dívida do Japão, tão distintos da realidade europeia.

Primeiro: quem detém a dívida? Enquanto nos países mais endividados da União Europeia a dívida pública é maioritariamente detida por credores estrangeiros, nomeadamente as instituições que constituem a “Troika”, no Japão verifica-se exatamente o inverso. Apenas um décimo da dívida pública japonesa é detido por estrangeiros. Esta evidência altera

substancialmente as consequências potenciais da dívida do Governo. No Japão, o pagamento dos juros da dívida é canalizado na sua maior parte para o PIB, estimulando o seu crescimento. Pelo contrário, no caso específico de Portugal, o ónus tributário da dívida dispersa-se para o exterior. Assim, apesar de mais elevada, quer em termos brutos, quer em termos relativos, a dívida japonesa é menos punitiva para o Governo respetivo.

Segundo: o Japão tem, no seu espetro de ações combatentes da dívida pública, a possibilidade da sua monetização, uma vez que tem total controlo sobre a sua moeda. E esta é uma jogada já efetuada pelo Banco Central, considerando o risco de deflação (ou baixa inflação) que coloca entraves à política monetária no país. Foram tomadas políticas não convencionais, como o “Abenomics”, mas os resultados positivos da depreciação do iene não são ainda claros. Já para cada economia da Zona Euro, o poder sobre o euro é nulo, que está nas mãos do BCE.

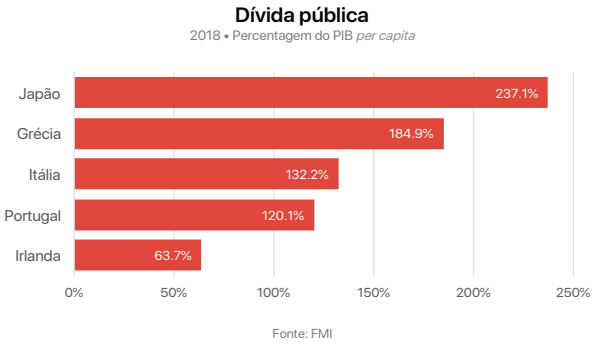
Não obstante, há que considerar que um crescimento do serviço da dívida pública superior ao crescimento do PIB, numa economia com um nível de dívida já elevado e que regista défices orçamentais primários, proporciona um crescimento explosivo da dívida. A dívida japonesa pode não estar a “dar problemas” para o país atualmente, mas tal não significa que este está impune de uma reviravolta da situação económica aparentemente estável. Todas as condicionantes acima mencionadas revelam uma iminente possibilidade de crise monetária.

Concluo com várias reflexões sobre o futuro do Japão. Com uma dívida crescente e uma população cada vez mais envelhecida, esta nação está, no fu-



Créditos das imagens: Tomohiro Ohsumi / Bloomberg

turo, obrigada a manter elevadas taxas de produtividade e a aumentar a receita do Governo, que, para já, se verificam, mas que têm limites. Até onde vão estes limites? Que alternativas existem? Que medidas podem vir a constituir a solução para a redução da dívida? E acima de tudo, está a dívida pública a tornar-se insustentável ou não?



Instituições financeiras: confiar ou não confiar?



Em pleno século XXI, apesar de ser esperado que todas as economias modernas tenham um sistema financeiro desenvolvido, ainda existem cidadãos que preferem guardar as suas poupanças “debaixo do colchão”. A própria Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) aconselha a fazer isso mesmo, ao concluir que fazer certas aplicações nos bancos em Portugal “significa perder dinheiro”, porque o que é cobrado em comissões e despesas de manutenção ultrapassa os juros que o cliente irá receber.

Não podemos esquecer os casos de má gestão financeira dos bancos portugueses, que vieram ao de cima com a crise e resultaram em milhares de lesados com razões para desconfiar dos conselhos ouvidos ao balcão. Há ou não razões para esta desconfiança em torno do sistema financeiro? Quando até a administração do BES reiterou as conclusões da auditoria da Deloitte, afirmando que terá existido “uma gestão ruínosa em detrimento dos depositantes, investidores e demais credores”?

Porque é que isto acontece? As instituições financeiras são empresas que se regem pelas leis do mercado, o que significa que o seu objetivo principal é a maximização os seus lucros. Nesta perspetiva, foram evidentes, recentemente, os abusos na comercialização de produtos financeiros, pois os interesses dos clientes passaram para segundo plano, quando com-

parados com as prioridades comerciais. A isto acresce a situação dos bancos, que sofreram as consequências da crise e só agora começaram a recuperar do embate. Têm ainda um longo caminho pela frente, a começar pelo elevado valor do crédito malparado, que deve ser alvo de reflexão por parte de todos.

Em Portugal, assistimos a uma literacia financeira de 22%, segundo um *ranking* elaborado pela McGraw Hill Financial (MHFI). Esta falta de conhecimento impede os clientes de formular as perguntas certas e fá-los confiar cegamente nas pessoas que deveriam “perceber do assunto”. Neste sentido, nada pode ser escondido, de forma a que exista um maior cuidado no momento de investir.

Houve claros abusos na comercialização de produtos financeiros

Mais importante é perceber o que correu mal na regulação do sistema financeiro, em que uma das principais prioridades é a proteção dos consumidores. Em 2018, foram discutidas no Parlamento novas regras que visavam aumentar a capacidade de atuação das autoridades de supervisão do sistema financeiro, de forma a impedir comportamentos abusivos por partes das suas instituições. O perfil dos clientes deve ser alvo de análise por parte dos bancos, adequando as aplicações financeiras aos seus objetivos e à sua disposição para assumir riscos. Esperamos que estas medidas apresentem resultados.



Créditos da imagem: Fernando Fontes / Global Imagens

A Grande Depressão teve base na especulação e na desconfiança no sistema financeiro. Quando a “bolha” de especulação em que estava mergulhado o mercado financeiro americano rebentou e as poupanças e os inves-

Estabilizar o sistema financeiro é uma “prioridade nacional”

timentos realizados se perderam, os aforradores e investidores culpavam os bancos e correram a levantar o que conseguiram. Ora, um banco não sobrevive sem clientes. Queremos que a situação seja tão grave na próxima crise?

Como mencionou o Presidente da República, nenhuma economia garante crescimento se não existirem meios que o financiem, o que depende do sistema financeiro. Por isso, estabilizar o sistema financeiro é uma “prioridade nacional”, para além do reforço da sua regulação.

Cultura no OE: uma retrospectiva por 2019 e conjecturas para 2020



Rosa Margarida Costa

A Cultura, umas das áreas governativas abrangidas pelo OE (Orçamento de Estado), tem assumido, cada vez mais, um papel transformador em Portugal. Há muito que os profissionais da área reivindicam 1% do OE para o setor que, no entanto, teve apenas o peso de 0,54%, no ano transato.

A implementação de um “modelo jurídico que garantisse uma maior autonomia de gestão aos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos dependentes da tutela”; a valorização do património material e imaterial; o reforço no investimento nas Artes, garantindo dessa forma “melhores condições de programação e criação artística”; a implementação do Plano Nacional das Artes em consonância com o Plano Nacional de Leitura e o Plano Nacional de Cinema, de modo a criar uma maior integração no público escolar e também facilitar o “acesso plural à Cultura”, que integrava mensurações como a revisão

É essencial garantir o contributo articulado dos vários ministérios

do contrato de concessão da RTP e o alargamento do serviço da TDT, foram algumas das medidas adotadas no orçamento de 2019. Para isso, o OE apresentava 501,2 milhões de euros de despesa consoli-

dada prevista para o campo da Cultura, sendo 244,8 milhões destinados para organismos na área da Cultura e 252,4 milhões exclusivamente para a RTP.

Já no OE de 2020 prevê-se que a despesa total consolidada para a Cultura e para a comunicação social pública seja de 523,4 milhões de euros, o que traduz um aumento de quase 5% face ao ano anterior. Como já praticado nos demais anos, mais de metade do orçamento será dirigido à RTP (55,4%). A Direção-Geral do Património Cultural é o organismo tutelado pelo Ministério da Cultura cuja dotação financeira mais cresce (cerca de 15%). Antecipa-se, ainda, a consolidação do papel dos teatros nacionais D. Maria II e São João (que contarão com 8,26 milhões e 6,58 milhões respetivamente) e também da OPART (composta pela Companhia Nacional de Bailado, pela Orquestra Sinfónica Portuguesa e pelo Teatro Nacional de S. Carlos) que espera 23,54 milhões de euros. Para o ICA, Instituto de Cinema e Audiovisual, prevêem-se 16,8 milhões de euros, tendo o Governo frisado que é necessário “modernizar e simplificar os procedimentos para filmar em Portugal”. A recuperação da Fortaleza de Peniche bem como a instalação do Museu Nacional da Música no Palácio Nacional de Mafra e do Museu do Tesouro Real no Palácio Nacional da Ajuda são alguns dos investimentos considerados “prioritários” para o ano de 2020.

A Ministra da Cultura, Graça Fonseca, referiu, recentemente, que “é muito importante aumentar a capacidade financeira para poder apoiar mais e melhores as atividades culturais e artísticas do País”. Garante, ainda, que o processo de desenvolvimento da cultura em Portugal está alinhado com a progres-



Créditos da imagem: Bruno Simão / Cofina

so dos outros países neste mesmo campo.

O Governo já declarou a vontade de reforçar a área da cultura (através da implementação das medidas do Plano Nacional das Artes 2024) e quer que esta venha a dispor de 2% da despesa discricionária prevista no OE até ao final da legislatura; um objetivo a cumprir de forma progressiva ao longo dos 4 anos. O |Executivo reforçou, também, que mais importante que o aumento do orçamento do Ministério da Cultura é garantir o contributo articulado dos vários ministérios no investimento global do Governo na Cultura.

O final de Star Wars: a exploração das franchises



Opinião

de Luís Manuel Oliveira

Quarenta e dois anos, três trilogias e diversas gerações de espectadores entretidos depois, a saga Guerra das Estrelas chegou, pelo menos para já, à sua conclusão em “A Ascensão de Skywalker”.

A “Ópera Espacial” concluiu num filme que, apesar do seu ritmo frenético e de cair nos clichés habituais de filmes de aventura, dá uma conclusão satisfatória num bonito filme sobre amizade, como enfrentar os nossos maiores medos e a eterna luta entre o bem e o mal. Focado no clã Skywalker, fulcral no desenrolar de toda a saga, acaba surpreendentemente por ser a personagem Rey a ter um dos desafios mais interessantes do enredo em aceitar ou não o destino pré-traçado pela história da sua linhagem, finalmente revelada por completo.

Apesar de, no seu global, esta trilogia, iniciada em 2015 com “O Despertar da Força”, não acrescentar muitos novos conceitos ao *mythos* de Star Wars, não deixa de ser muito bem executada, principalmente quando comparada às prequelas do início do século, com performances que provavelmente definirão as carreiras de Daisy Ridley, John Boyega e Adam Driver. O problema mais óbvio destes três filmes é a mudança de foco em “Os Últimos Jedi”, derivada do facto de ser realizado por Rian Johnson, enquanto os restantes filmes o foram por J.J. Abrams.

Com impressionantes sequências de ação e as sempre presentes épicas batalhas espaciais, o episódio IX foge também um pouco da mais habitual

entrega cômica de falas para um estilo mais melancólico. As ligações das personagens às suas famílias e passados estão em destaque, mas com maior peso emocional na forma como as relações das personagens são afetadas pelos acontecimentos da história. Aproveitando a fala de Rose no episódio anterior, é possível resumir como *motto* da história “Não iremos ganhar ao lutar o que odiamos, mas salvando o que amamos”.

No entanto, este final poderá não ser permanente. A expansão do universo para além dos filmes não é nada de novo, mesmo antes da aquisição da Disney dos direitos, pois já eram inúmeras as aventuras contadas em meios como banda desenhada ou videojogos.

É difícil ir a um cinema e não ter em exibição uma continuação ou re-imaginação de uma história que já tivemos oportunidade de ver

Não há muito tempo, estava já prevista uma possível continuação da saga, às mãos dos responsáveis por trazer o imaginário de “A Guerra dos Tronos” à televisão, entretanto cancelada. Também já existem dois *spin-offs* assim como a série “The Mandalorian” e uma futura sobre a personagem de Obi-Wan Kenobi, trunfos do novo serviço de *streaming* da Disney.

Sintomas claros do mais recente problema de Hollywood, a sua dependência em *franchises* já tes-



Créditos da imagem: George Nikitin, Invision

tadas em mercado. Sejam as infindáveis sequelas previstas do universo Marvel ou de Avatar, ambas debaixo do chapéu da Disney, ou de *reboots* como Star Trek ou os *live-actions* de filmes clássicos da própria Disney.

Atualmente, é difícil ir a um cinema e não ter em exibição uma continuação ou re-imaginação de uma história que já tivemos oportunidade de ver antes. A sua rentabilidade “garantida” acaba por ser um argumento muito forte para que grandes estúdios não apostem em novas histórias, conceitos, universos e personagens. No entanto, podem pôr em causa o amor já desenvolvido por legiões de fãs em obras que não necessitam de tais adereços.

Apesar de satisfeito com a Saga Skywalker, tenho um mau pressentimento quanto à possibilidade de o Império Disney voltar a disparar do canhão Star Wars para um *cash-grab* fácil, até um dia não ser possível sentir-me apaixonado por este épico e apenas sentir um grande desdém, ou, pior, indiferença.

Um ato de responsabilidade

A Equipa FINK

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o novo Coronavírus como uma pandemia. O seu diretor geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, afirmou que “pandemia não é uma palavra para ser usada à toa ou sem cuidado. É uma palavra que, se usada incorretamente, pode causar um medo irracional ou uma noção injustificada de que a luta terminou, o que leva a sofrimento e mortes desnecessários”. Isto revela, principalmente aos mais distraídos ou menos preocupados, que o quadro de saúde pública global é, hoje, ímpar e de extrema sensibilidade.

Responsabilidade e prudência! É isto que é exigido a cada cidadão. Nada mais

Se o número de mortos e de infetados em países como Itália, Coreia do Sul e Irão fizeram soar as sirenes por todo o mundo, tenhamos todos a consciência que grande parte da responsabilidade da transmissão e propagação do Covid-19 depende muito de pequenos gestos nas nossas rotinas, hábitos e ações. Responsabilidade e prudência! É isto que é exigido a cada cidadão. Nada mais. Mais do que lançar críticas às autoridades competentes, de saúde e de governo, é fundamental assumirmos a responsabilidade dos nossos atos e as repercussões que estes podem ter no bem-estar daqueles que nos rodeiam.

Este é o tempo de agir! Se as autoridades recomendam o isolamento social, sigamos as suas orientações. Se é decretada quarentena, não fa-

çamos dela um tempo de férias, de reencontro com amigos ou até de lazer. Cumpramos escrupulosamente as normas de higiene, que devem ser um hábito e não uma exceção. O elevado número de vítimas já confirmadas não pode fazer relaxar comportamentos que são determinantes para o controlo da propagação deste vírus.

Não pensemos que as nossas ações não terão qualquer impacto. A situação exige pragmatismo e não histerismo. Este é mais um desafio que a nossa espécie enfrenta. Tenhamos a ousadia de o combater e vencer o mais rapidamente possível.

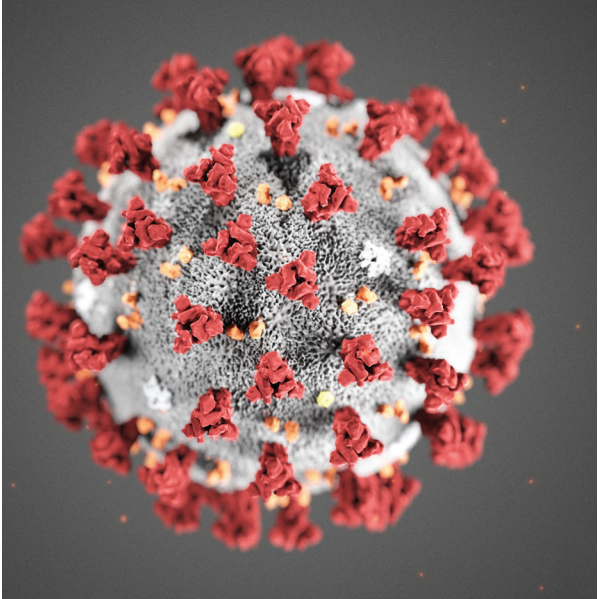
Assim, a FINK decidiu, seguindo as recomendações da OMS e das autoridades de saúde competentes em Portugal, retirar, nesta edição, a agenda cultural. Acompanhamos a recomendação de evitar aglomerações de cidadãos, dado que são momentos propícios ao contágio deste novo coronavírus.

Apelando à “responsabilidade individual de cada um”, a ministra portuguesa da Saúde, Marta Temido, indicou a união de esforços como caminho, ao afirmar que “só num todo é que conseguiremos vencer o vírus”.

Não pensemos que as nossas ações não terão qualquer impacto

Por fim, deixamos aqui algumas recomendações da OMS e da DGS que sustentam o compromisso individual de cada um em prol da saúde pública:

- Lavar as mãos com sabão frequentemente, ou, em alternativa, utilizar uma solução de



Center for Disease Control / Planet Pix

- álcool própria para o mesmo efeito;
- Manter o distanciamento social;
- Evitar tocar no rosto, nomeadamente a boca, nariz e olhos;
- Promover uma boa higiene respiratória, como tossir e espirrar para o cotovelo/ antebraço ou para um lenço que deve ser descartado imediatamente;
- Procurar aconselhamento médico imediato, através da linha SNS24 (808 24 24 24), e isolamento, em caso de sintomas da doença, como tosse, febre e dificuldade respiratória.

Acima de tudo, é essencial que cada um de nós se mantenha bem informado, contrariando as correntes de desinformação e de notícias falsas e evitando o pânico!

Dever de informação

A Equipa FINK

Como forma a combater a desinformação relativa ao COVID-19, partilhamos as respostas da Direção-Geral de Saúde (DGS) a algumas das questões mais frequentes relativamente a este vírus.

Dado o caráter recente desta doença, não há ainda resposta a todas as questões pelos especialistas, pelo que aconselhamos os nossos leitores a manterem-se atentos ao desenrolar dos acontecimentos.

O que é o COVID-19?

O COVID-19 pertence à família dos coronavírus, uma família de vírus conhecidos por causar doença no ser humano. A infeção pode ser semelhante a uma gripe comum ou apresentar-se como doença mais grave, como pneumonia. Identificado pela primeira vez em dezembro, este novo agente nunca tinha sido identificado em seres humanos.

Se aparecerem sintomas, deve ligar imediatamente para a linha SNS24 (808 24 24 24)

Como se transmite?

Esta doença transmite-se através de gotículas libertadas pelo nariz ou boca quando tossimos ou espirramos. Estas podem atingir diretamente a boca, nariz e olhos de quem estiver próximo ou depositar-se nos objetos ou superfícies que rodeiam a pessoa infetada. Por sua vez, outras pessoas podem infetar-se ao tocar nes-

tes objetos ou superfícies e depois tocar nos olhos, nariz ou boca com as mãos.

Quais os sinais e sintomas?

As pessoas infetadas podem apresentar sinais e sintomas de infeção respiratória aguda como febre, tosse e dificuldade respiratória. Em casos mais graves, pode levar a pneumonia grave com insuficiência respiratória aguda, falência renal e de outros órgãos e eventual morte.

Qual o período de incubação?

O período de incubação ainda se encontra sob investigação.

Os antibióticos são efetivos a prevenir e a tratar o novo coronavírus?

Não. Os antibióticos não são efetivos contra vírus, apenas bactérias. O COVID-19 é um vírus e, como tal, os antibióticos não devem ser usados para a sua prevenção ou tratamento. Não terá resultado e poderá contribuir para o aumento das resistências a antimicrobianos.

Estive em contacto com um caso confirmado por COVID-19. O que fazer?

Para além das medidas básicas de higiene, deverá permanecer em isolamento profilático durante 14 dias, período no qual deverá manter uma vigilância ativa de sintomas (febre, tosse ou dificuldade respiratória). No caso de aparecimento de sintomas, deverá ligar de imediato para a linha SNS 24 (808 24 24 24) e seguir as instruções indicadas.

Regressei recentemente de uma viagem pessoal ou profissional onde há casos confirmados por CO-

VID-19 ou de uma área de transmissão comunitária ativa. O que devo fazer?

Se esta viagem ocorreu nos últimos 14 dias e não apresenta sintomas, deve adotar medidas de etiqueta respiratória e distanciamento social. Deverá manter as atividades letivas ou profissionais, com autovigilância de sintomas, como febre, tosse e dificuldade respiratória. Se aparecerem sintomas, deve ligar imediatamente para a linha SNS24 (808 24 24 24).

No caso dos estudantes em mobilidade internacional, recomendamos a leitura atenta da informação emitida no Portal das Comunidades Portuguesas. Se aparecerem sintomas, deve ligar imediatamente para as linhas de apoio das autoridades de saúde do país.

Siga atentamente as recomendações da Direção-Geral de Saúde

Posso viajar a título pessoal e/ou profissional?

À data, não existem restrições de viagens emitidas pela Organização Mundial de Saúde. No entanto, a OMS desaconselha viagens para países no foco da epidemia. No site da DGS podem ser encontradas algumas recomendações para viajantes. Se surgirem estes sintomas, não deve deslocar-se aos serviços de saúde, mas ligar para o SNS24 (808 24 24 24) e seguir as orientações que lhes forem dadas. Por regra, não se recomenda qualquer tipo de isolamento de pessoas sem sintomas.

Siga atentamente as recomendações da Direção-Geral de Saúde. Esclareça-se no site da Direção-Geral de Saúde: dgs.pt/corona-virus.aspx